

# LINGUASAGEM

## DISCURSO E REPRESENTAÇÃO NA MÍDIA: UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA ACERCA DOS SUJEITOS “INVISÍVEIS” NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Ana Priscila Holanda de ANDRADE<sup>1</sup>  
Marco Antônio Lima do BONFIM<sup>2</sup>  
Ana Maria Pereira LIMA<sup>3</sup>

### Resumo

Este artigo objetiva investigar como os sujeitos sociais são representados lexicalmente em uma reportagem do portal G1 que aborda sobre os *invisíveis* no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil, analisando o uso desse termo e demais palavras que corroboram para a constituição de sentidos no discurso midiático. Embasamos-nos nas contribuições da Análise de Discurso Crítica Faircloughiana, selecionando o significado representacional, e suas categorias analíticas: significado de palavras e representação de atores sociais. Os resultados evidenciaram uma construção representacional constituída por uma recorrência gradativa de expressões ou palavras que remetem a uma carga ideológica de negatividade, reduzindo os sujeitos sociais a uma condição permanente de *invisíveis*, tanto que os sujeitos são inseridos no texto por uma construção sintática que os coloca na posição de passivos. Além disso, são referenciados por termos no plural, expressando coletividade, ofuscando assim, a identidade desses sujeitos sociais.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso Crítica; Discurso; Representação; Ideologia.

### Abstract

This article aims to investigate how social subjects are lexically represented in a report on the G1 portal that addresses the invisible in the context of the COVID-19 pandemic in Brazil, analyzing the use of this term and other words that corroborate the constitution of meanings in the speech media. We rely on the contributions of Fairclough's Critical Discourse Analysis,

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Mestrado Interdisciplinar em História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central/UECE. E-mail: [priscila\\_holanda2@hotmail.com](mailto:priscila_holanda2@hotmail.com)

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação para as Relações Raciais pela UECE (Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPd/ CAPES). Doutor e mestre em Linguística Aplicada pela UECE. Professor adjunto do Departamento de Letras da UFPE e professor colaborador do Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras da UECE (MIHL). Professor visitante do ALARI/ *Harvard University*. E-mail: [marco.bonfim@ufpe.br](mailto:marco.bonfim@ufpe.br)

<sup>3</sup> Pós-doutora em Letras pela UERN. Doutora e mestre em Linguística pela UFC. Professora adjunta da UECE e professora dos mestrados acadêmico em História e Letras (MIHL) e profissional em Letras (PROFLETRAS), ambos da UECE. E-mail: [ana.lima@uece.br](mailto:ana.lima@uece.br)

selecting the representational meaning, and its analytical categories: meaning of words and representation of social actors. The results showed a representational construction constituted by a gradual recurrence of expression or words that refer to an ideological load of negativity, reducing social subjects to a permanent condition of invisibility, so much so that the subjects are inserted in the text by a syntactic construction that places them in position of liabilities. In addition, they are referenced by terms in the plural, expressing collectivity, thus obscuring the identity of these social subjects.

**Keywords:** Critical Discourse Analysis; Speech; Representation; Ideology.

## Introdução

O momento atípico e desolador pelo qual estamos passando com o impacto da pandemia do COVID-19, além dos malefícios da doença em si, traz à tona um “vírus” comum no Brasil, o colapso da desigualdade social que massacra milhões de brasileiros, reforçando uma exclusão social já perpetuada no país, em meio a uma sociedade na qual prevalecem os interesses de uma pequena minoria de ascensão social, detentora de poder, em detrimento de uma parcela majoritária de minorias subalternizadas, reféns de um sistema societário que as exclui por padrões socioeconômicos, culturais e, principalmente, raciais.

Apesar do coronavírus (SARS-CoV-2) não escolher *status* sociais, são as classes de algumas minorias as mais afetadas, como a da população residente nas periferias, que segundo Bento (2002a) é composta em sua grande maioria por negros, o que expõe a vulnerabilidade desses sujeitos à doença, em decorrência de suas condições mínimas de sobrevivência, reflexos de uma sociedade governada predominantemente pela branquitude<sup>4</sup>, que não tem interesse em combater o racismo antinegro, expondo a situação de extrema pobreza de muitos outros que tiveram suas rendas afetadas pelo caos da pandemia.

Nesse contexto, surge o “Auxílio Emergencial”, benefício financeiro concedido pelo Governo Federal, como forma de amparar trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados durante esse período de pandemia. Em meio a isso, as regras concedidas para a solicitação do

---

<sup>4</sup> Branquitude é um termo usado por várias/os pesquisadoras/es (BENTO, 2000b; CARDOSO, 2010; SHUCMAN, 2018; entre outras/os) ligados aos Estudos Críticos sobre Branquitude (*Critical Whiteness Studies*), ou seja, estudos que racializam a/o branca/o nas relações raciais. *Ser socialmente lido como branca/o*, em um país racista como o Brasil, é ter *vantagens materiais e simbólicas*, é ter privilégio racial. Portanto, a “branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade” (SCHUCMAN, 2014, p. 94).

auxílio, inviabilizaram, a princípio, milhões de brasileiros de serem beneficiados, pois eles não constavam nos dados do Governo e nem tinham o Cadastro de Pessoa Física (CPF) ativo, sendo, pois referenciados de “invisíveis” pelo Governo Federal, tornando-se manchete em diversos jornais.

Diante disso, compreendendo que a linguagem como discurso age representando aspectos do mundo como pessoas, coisas, lugares, situações etc (FAIRCLOUGH, 2001; 2003; RESENDE; RAMALHO, 2006), esta pesquisa à luz da Análise de Discurso Crítica (ADC), analisou uma reportagem do portal G1 sobre os “invisíveis”, no contexto da pandemia, investigando o uso dessa e de outras expressões para representar esses sujeitos, que corroboram para a compreensão do seu significado, procurando desvelar ideologias subjacentes a essa significação. Para isso buscaremos responder às seguintes questões: quais os eventos discursivos que levam estes sujeitos à invisibilidade? Quem são esses “invisíveis”? O que essa invisibilidade vem nos dizer nesse contexto da pandemia? E o que tudo isso nos mostra acerca da relação discurso/sociedade/poder?

A importância deste estudo está pautada em uma necessidade, cada vez mais urgente, de pesquisas críticas sobre práticas sociais que, por meio do discurso, naturalizam desigualdades sociais e corroboram para a disseminação e para a manutenção de relações assimétricas de poder. Portanto, esperamos que, juntamente a outras pesquisas em ADC sobre representação social, este estudo possa contribuir para a mudança de práticas discursivas hegemônicas.

Quanto à estrutura deste artigo, organizamo-lo em cinco seções. Primeiramente apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos da ADC relativos à sua abordagem sobre discurso, o que envolve a noção de ideologia e de hegemonia para essa teoria social do discurso. Em um segundo momento, apresentamos a categoria de análise *significado de palavras*, proposta pela ADC. Semelhante, em uma terceira seção, discorreremos sobre a categoria *representação de atores sociais*. Depois, traçamos os caminhos metodológicos de nossa pesquisa, e por fim, realizamos a análise dos dados e concluímos com algumas reflexões importantes.

## **A ADC e sua abordagem sobre discurso**

A sociedade constituída por relações sociais é também espaço de conjunturas que revelam modos, costumes, crenças, ideologias imbricadas em suas formas de pensar e de agir. Essas relações sociais se dão por diferentes discursos que se atravessam, ora

se convergindo ao se complementarem, ora divergindo, gerando campos conflituosos. Discursos esses carregados de ideologias, construídos por estruturas semióticas, intencionalmente projetadas para significar o que se pretende que o outro saiba, ou não (FAIRCLOUGH, 2001; 2003; RESENDE; RAMALHO, 2006).

O discurso para Fairclough (2001; 2003) é compreendido como uma prática social materializada por meio de textos, “entendido como um elemento semiótico de práticas sociais, incluindo a linguagem (escrita e falada e em combinação com outros meios semióticos), a comunicação não-verbal (expressões faciais, movimentos corporais, gestos etc.) e textos imagéticos” (BONFIM, 2018, p.36), em que as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros, esses discursos constituem e são constituídos pelo social, como também são moldados e restringidos por uma estrutura social, além de contribuírem para a construção de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimentos e crenças, atuando assim, tanto para reproduzir como para transformar a sociedade.

A ADC Faircloughiana se interessa por práticas que envolvem discurso, sociedade e poder, quando discursos ideológicos atuam como forma de estabelecer, manter e/ou reproduzir relações assimétricas de poder na sociedade. Assim, os estudos em ADC vão procurar “revelar a opacidade encoberta nos textos, desconstruindo os discursos, procurando vestígios que possam trazer à tona ideologias não muito claras, relações de hegemonia, práticas discursivas de controle e poder” (NOVODVORSKI, 2013, p.14).

Em seus termos mais amplos podemos dizer que o conceito de ideologia está relacionado a crenças, concepções de mundo, ideias, princípios que norteiam os pensamentos dos indivíduos. Nas palavras de Althusser (1970, p.69), “a ideologia passa então a ser o sistema das ideias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social”, influenciando, pois, em nossas relações com o mundo, a ideologia constitui e é constitutiva da sociedade.

Para Thompson (2011) a ideologia está a serviço da dominação, concretizada quando se evidencia alguma relação assimétrica de poder, em que um grupo ou agente age com supremacia sobre o outro. Essa ideologia, então, se configura por meio do sentido de formas simbólicas, estas entendidas como todo aspecto semiótico constituído de significação. Nesse sentido, a linguagem sempre é usada com valor ideológico em situações específicas de dominação.

Fairclough (2001) entende ideologias como crenças negativas que favorecem grupos dominadores, e que se tornam muito eficazes quando são naturalizadas, compreendidas como um pensamento de senso comum, o efeito disso, seria então, a produção e/ou a manutenção de relações de desigualdade em que se estabelece uma hegemonia, ou uma ação de desconstruir esses domínios do poder, logo, essa luta ideológica é vista pelo linguista britânico como uma dimensão da prática discursiva. Vejamos a seguir sua definição na íntegra do conceito de ideologia.

As ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2001, p.117).

A ideologia, então, é um sistema de dominação e uma importante ferramenta de execução do poder hegemônico, não o poder físico, coercitivo, mas aquele instituído a partir do consentimento, da naturalização de práticas discursivas ideológicas. No entanto, a ideologia pode atuar também para romper com as relações assimétricas, visto que, para Fairclough (2001), essa forma de dominação é instável, sua durabilidade é vigente até enquanto as ideologias não são desnaturalizadas.

A hegemonia, por sua vez, segundo Fairclough (2001, p. 122), “é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas.” A hegemonia, nesse sentido, nada mais é do que uma liderança, uma dominação, um poder que determinados indivíduos ou grupos têm sobre outros, mas que é sempre de forma instável, sendo passível de uma contra-hegemonia, dado o caráter dinâmico e heterogêneo da linguagem. Isso porque para a ADC Faircloughiana existem diferentes maneiras de se instaurar a hegemonia, e uma delas é por meio dos discursos que nunca são estáveis, logo, se um discurso instaurou e sustenta uma situação relacional de opressão, a desnaturalização dos sentidos desse discurso implicaria em uma ação de desconstrução dessa assimetria de poder.

É nessa perspectiva que entra a relação entre ideologia e hegemonia, pois se em um dado contexto o discurso está sendo usado para favorecer determinados sujeitos, em detrimento de outros, temos ideologias imbricadas nesses discursos que coadunam para a instauração e manutenção dessa hegemonia. Portanto, o entendimento de Fairclough

(2001) é que, quanto menos perceptíveis forem esses discursos ideológicos, mais se fortalece a relação de desigualdade, no entanto, a partir do momento que são identificáveis, desvelados, estes discursos perdem força e abrem-se caminhos para a mudança discursiva e conseqüentemente para a mudança social.

Dessa forma, a força da ideologia estaria em sua propagação, quanto mais isso acontece, mais a hegemonia se solidifica. Desnaturalizar as ideologias que servem para instaurar as desigualdades é o caminho para combater esses sistemas de dominação, e é nessa perspectiva que a ADC envereda seu olhar atuando para “descobrir os véus de opacidade das formas ideológicas e revelar os mecanismos reais de produção que determinam a configuração aparente dos sentidos na vida social” (PEIXOTO; ALENCAR; FERREIRA, 2018, p.215-216).

O discurso midiático se articula nesse sentido como um detentor de poder, ao mesmo tempo em que leva a informação, também expressa, de forma sutil, seus posicionamentos a respeito do fato, pois as informações são transmitidas sob o viés de quem as produziu, o leitor/telespectador não lê e/ ou assiste apenas um conteúdo neutro, os discursos são construídos por narrativas ideológicas que procuram direcionar o “olhar” do público em perspectivas convergentes às do redator/instituição, o que nos leva a afirmar que “a imprensa influi na formação de consciências e nos modos de pensar, o que a insere no campo de disputas de sentidos e contrassentidos que atravessam a sociedade civil como um todo” (PIRES, 2019, p.6).

Como forma de analisar as representações discursivas, Fairclough (2003) propõe a categoria de *significado representacional* que corresponde à compreensão das formas de ação, via representação do discurso, está intrinsecamente relacionado ao seu conceito de discurso, entendido como um modo de representar o mundo e projeções diferentes da realidade conforme perspectivas particulares (RESENDE; RAMALHO, 2006). Dentro dessa perspectiva, são oferecidas pela ADC algumas categorias de análise como forma de acessar esse *significado representacional*, dentre elas apresentaremos aqui apenas as duas que utilizamos em nossa análise discursiva, *representação de atores sociais* e *significado de palavras*.

## Significado de Palavras

Palavras compreendidas como signos linguísticos carregam significações que, por meio dos diferentes contextos sociais, ao se materializarem, podem receber outras

dimensões de significação, ou seja, uma mesma palavra pode assumir diferentes possibilidades de significados, conforme o contexto situacional e a forma como foi empregada, posto que, segundo Fairclough (2001, p.230) “a relação das palavras com os significados é de muitos-para-um e não de um-para-um, em ambas as direções: as palavras têm tipicamente vários significados”.

Essa peculiaridade de dinamicidade inerente ao conceito das palavras revela muito da ideologia manifesta e/ou subjacente dos discursos, que atuam como práticas discursivas motivadas e situadas. Nesse sentido é preciso atentar-se para cada escolha lexical no processo de produção dos textos conforme a orientação argumentativa desejada, igualmente o leitor para inferir processos de compreensão textual, deve-se valer de outros campos para além do lexical, como o repertório sociocultural de que dispõe. Sobre isso Fairclough (2001) melhor nos esclarece.

[...] como produtores estamos diante de escolhas sobre como usar uma palavra e como expressar um significado por meio de palavras, e como intérpretes sempre nos confrontamos com decisões sobre como interpretar as escolhas que os produtores fizeram (que valores atribuir a elas). Essas escolhas e decisões não são de natureza puramente individual: os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos. (FAIRCLOUGH, 2001, p.230).

O vocabulário atua, então, quando atrelado aos contextos sociais, como um aporte para a compreensão das representações discursivas, e conseqüentemente das ideologias embutidas, visto que “os significados das palavras e a lexicalização de significados não são construções individuais, são variáveis socialmente construídas e socialmente contestadas” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.75). Nesse sentido, cada palavra que constitui os textos é intencionalmente pensada e articulada mediante as ideias subjacentes aos discursos, no entanto sempre tem aquelas, palavras-chave, que são cruciais para desvelar relações que, por vezes, se mantêm como exequíveis de hegemonia.

Fairclough (2001) atenta para duas divisões de significados das palavras; a primeira seria o significado-potencial, compreendido como estável e universal, correspondendo àqueles conceitos convencionais dos dicionários; a outra se relaciona aos significados construídos dentro dos convencionais, eles por sua vez, são limitados entre si, descontínuos, e se excluem mutuamente, ao estabelecerem uma relação de complementaridade. No entanto, devido às condições ideológicas da semântica, o que

pode envolver disputas por significados em situações de mudança social e contestação, o significado potencial, nesses casos, deixaria de ser estável, pois a relação entre palavra e significado estaria em constante mudança. Isso refletiria ainda nos limites e relações dos significados construídos no interior dos potenciais, que passariam a ser contestados (FAIRCLOUG, 2001; RESENDE; RAMALHO, 2006).

Posto isso, podemos perceber que as palavras ganham vida nos discursos por seus diferentes significados, elas são usadas a partir do sentido que podem desempenhar, seja pelo seu significado convencional, ou outros alternativos, atentando para que em situações em que haja a materialização da ideologia, esses significados venham adquirir status de instabilidade repentina, conferindo às palavras a versatilidade para significar e ressignificar no âmbito da produção de discurso como prática social.

### **Representação de Atores Sociais**

Dialogando com a teoria de representação dos atores sociais de Van Leeuwen (1997; 2008), que centra na forma como os atores sociais podem ser representados nos discursos (CALDEIRA, 2011), essa categoria analítica proposta por Fairclough (2003) vai buscar desvelar representações que estão coadunando para manter relações de dominação, com base no modo como os atores são retratados nos discursos, pois “o papel dos atores sociais no discurso atua como forma sócio-política de poder e dominação” (SILVA, 2002, p.32), logo o modo como são representados revelam ideologias a seu respeito.

Nesse sentido, conforme Resende e Ramalho (2006), essas representações, dentro das narrativas discursivas, vão considerar, por exemplo, enaltecimento ou apagamento dos atores, principalmente, se estes estão sendo referenciados por suas atividades ou seus modos de ser, podendo, ainda, perceber quais papéis estão sendo atribuídos a esses atores, além de identificar possíveis julgamentos que lhes diz respeito, daí ser possível desvelar as ideologias presentes nos discursos. Silva (2002) também partilha desse entendimento ao afirmar que:

As categorias de representação dos atores sociais pertencem a uma rede de sistemas lingüísticos distintos e complexos que contempla tanto aspectos léxico- gramaticais como figuras retóricas. Esses sistemas lingüísticos no discurso passam por transformações através de processos que envolvem o apagamento, a reestruturação e a substituição da consistência lingüística. A partir do conhecimento

desses processos de transformação dos sistemas lingüísticos que respalda as categorias de representação dos atores sociais, a identificação dos papéis sociais no discurso se torna visível. (SILVA, 2002, p.33).

Isso é possível em virtude do modelo teórico proposto por Van Leeuwen (1997; 2008) que parte, basicamente da identificação do processo de *inclusão* ou *exclusão* dos atores dentro dos discursos, pois as “representações incluem ou excluem atores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 183 apud CALDEIRA, 2011, p.3). A exclusão pode se dar por meio de uma *supressão*, quando os atores não são referenciados no texto; ou por encobrimento, quando estão presentes, mas ficam em segundo plano.

A inclusão é quando acontece um maior desdobramento da representação dos atores sociais, ela pode acontecer, por exemplo, por *ativação*, o sujeito é um ser ativo e dinâmico dentro do evento; ou por *passivação*, o papel que lhe é conferido é de passivo, que pode ser de *sujeição* ao ficar sujeito de uma ação, ou *beneficiação*, ser beneficiário dessa ação. A inclusão pode ser realizada também por meio de *generalização* ou *especificação*; a primeira seria os participantes referidos como classes ou grupos; e a segunda como participante específico tratado por *individualização* quando são referidos como indivíduos; ou *assimilação* por meio de *coletivização*, grupo concebido como homogêneo; ou *agregação*, representados por dados estatísticos.

## **Corpus e Metodologia**

Tendo essa pesquisa o objetivo de investigar como os sujeitos são representados em uma matéria jornalística, via escolha lexical, este estudo se desenvolveu a partir de uma abordagem qualitativa, sendo os resultados formulações subjetivas baseadas em análise textual-discursiva, não importando para nós, *a priori*, a incidência quantitativa.

O *corpus* dessa pesquisa incidiu sobre uma reportagem do portal G1 publicada em 26 de abril de 2020, que tratava da questão dos “invisíveis”, no contexto da pandemia. Os sujeitos que, por conta dos critérios estabelecidos pelo Governo Federal, foram impedidos, a princípio, de requererem o benefício, *Auxílio Emergencial*. A escolha específica por essa reportagem e não a de outro *site* que tratasse do mesmo assunto justifica-se pelo alcance desse *site* como formador de opinião.

Para a realização da análise, embasamo-nos na ADC (FAIRCLOUGH, 2001; 2003), focalizando o significado representacional a partir das categorias analíticas *significado de palavras e representação de atores sociais*, já discutidas.

## Análise dos Dados

Apresentamos a seguir a análise realizada a partir das duas categorias citadas anteriormente, sendo importante destacar que, mesmo seguindo-as, a análise transcorreu para além delas, destacando o sentido de todo o texto. Além disso, para uma melhor compreensão, destacamos na reportagem as principais expressões que nortearam a construção dos sentidos do texto e de nossas observações. Feitas essas ponderações, vamos à análise.



Figura 1 - Primeira parte da reportagem do portal G1<sup>5</sup>

<sup>5</sup>Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/04/26/auxilio-emergencial-de-r-600-revela-42-milhoes-de-brasileiros-invisiveis-aos-olhos-do-governo.ghtml>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

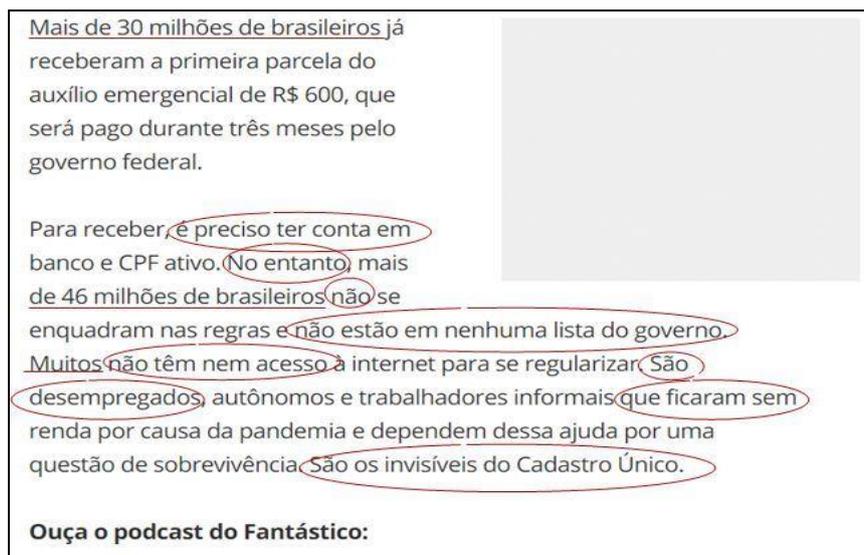


Figura 2 - Segunda parte da reportagem do portal G1<sup>6</sup>

A reportagem apresenta uma manchete (figura 1) na qual destaca o número alarmante de pessoas consideradas pelo Governo como *invisíveis*, não parecendo essa designação incomodar o produtor do texto, posto que a ela, não é dado nenhum destaque, pelo contrário, a forma como foi colocada, sem ressalvas quanto a sua significação, demonstra que está sendo usada com o seu significado-potencial, aquele trazido pelos dicionários – a invisibilidade como algo que não se vê, que não é visível – e isso mostra uma prática de naturalizar o discurso, de que os sujeitos são aquilo que se diz sobre eles, neste caso são *invisíveis*.

No título auxiliar (figura 1), encontramos algumas características inerentes a esses sujeitos, que os faz serem invisibilizados para o Governo, como não possuírem conta em banco, não terem acesso regular à internet e nem CPF ativo, o que era exigido ter na época para poder requerer a ajuda financeira, vista como uma necessidade de sobrevivência para muitos, o que implica dizer que também não tinham essas condições mínimas. O discurso é construído em uma narrativa de negação excludente, “não têm”, ao ponto de se tornarem *invisíveis*.

Essa assimilação é muito nítida, uma vez que o lide da reportagem (figura 2) traz os números daqueles que já conseguiram receber a primeira parcela do auxílio, subentendendo que têm conta em banco, têm acesso regular à internet e têm CPF ativo, e que, portanto, agora também têm como sobreviverem. Observamos assim, a relação de implicações construídas dentro do texto, que corresponde a uma representação frequente

<sup>6</sup>Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/04/26/auxilio-emergencial-de-r-600-revela-42-milhoes-de-brasileiros-invisiveis-aos-olhos-do-governo.ghtml>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

na sociedade, em que exclusões refletem em mais exclusões, ao passo que, quanto mais se inclui, mais se oportuniza.

No restante da matéria, essa ideia é consolidada pelo produtor do texto ao sintetizar a situação, explicitando as regras que permitiram/negaram o recebimento do benefício, há uma sequência de vocábulos constroem a representação desses sujeitos, colocando-os em contexto de exclusão, iniciada pela afirmação contundente da locução verbal, *é preciso ter*, colocada em oposição pela conjunção adversativa, *no entanto*, a proposições demarcadas pelos advérbios *não* e *nem*, e pelos prefixos *des* e *in*, todos sentenciando uma carga negativa de sentidos.

Em meio às informações verbais, a matéria traz ainda uma imagem estática de um vídeo<sup>7</sup>, no qual aparece uma mulher negra com uma criança nos braços, em um ambiente que indica condições precárias de sobrevivência. Essa representação aponta para uma interpretação de quem seria esse público que é mencionado em toda a reportagem como sendo *invisível*, a população negra, pobre e residente nas periferias, expondo assim, o “retrato” de uma realidade em nosso país, a de que a pobreza tem cor e é negra.

Dessa forma, quanto à categoria *significado de palavras*, percebemos que a representação dos sujeitos é construída por escolhas lexicais que denotam uma carga ideológica de negatividade demarcada por uma sequência linear das sentenças que vai anulando-os até chegarem a um apagamento desses sujeitos; *é preciso ter... no entanto, não estão... não têm... são desempregados* (não empregados), *sem renda, são invisíveis*. Assim, observa-se que em um contexto social em que não se tem e nem se participa de certas nuances, outras lhe são privadas, como a não permissão ao auxílio, e se não são beneficiárias, não são visíveis, o ter implica no ser, você é o que você tem.

Considerando a análise pelo viés da categoria *representação de atores sociais*, que consiste em mostrar a forma como os atores sociais são tratados dentro dos textos, podendo revelar concepções ideológicas a seus respeitos (RESENDE; RAMALHO, 2006), podemos perceber que há um processo de *inclusão* dos atores na narrativa jornalística, visto que é em torno deles que a matéria se desenvolve. Observemos o exemplo da manchete, sua construção sintática coloca os 46 milhões de brasileiros na condição de *passivos por sujeição*, sofrendo a ação de *revelar*, realizada pelo agente *auxílio emergencial*.

<sup>7</sup> Fonte: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/04/26/auxilio-emergencial-de-r-600-revela-42-milhoes-de-brasileiros-invisiveis-aos-olhos-do-governo.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2020.

No que concerne à forma como esses atores são referenciados, direciona-se para uma especificação por *assimilação*, ao tratá-los no plural, por meio das subcategorias; *coletivização*, quando os atores sociais estão sendo representados por pronomes ou substantivos que denotam um sentido de coletividade, evidenciada em: *esses brasileiros...*; e da *agregação*, que corresponde a quantificar por definição e/ou indefinição grupos de indivíduos, conforme observamos em: *46 milhões de brasileiros / mais de 30 milhões de brasileiros / muitos não têm...* Essa prática, segundo Van Leeuwen (2008), ofusca as identidades dos atores sociais, que são tratados apenas como números e, de forma homogênea e consensual, não oportunizando uma individualização que dar notoriedade a esses sujeitos e suas peculiaridades.

Outra forma usada na reportagem para representar esses atores sociais corresponde ao processo de *categorização* por *funcionalização*, os sujeitos são referenciados pelas atividades que realizam, pelas suas situações de ocupações: *são desempregados, autônomos e trabalhadores informais*, condicionando-os a ser aquilo que fazem, são as funções que desempenham, mas é destacado que essas funções estão inativas, logo, portanto, esses atores, os pobres, negros, são recolocados na posição de apagamento, explicitamente, pelo léxico, *invisíveis*.

### Considerações Finais

Considerando os objetivos deste estudo, a análise nos permitiu perceber que o foco da matéria não foi destacar o alto índice de pessoas/cidadãos que precisavam de ajuda para sobreviverem no período de pandemia, mas enfatizar o grande número de brasileiros que são classificados como *invisíveis*, os pobres subalternizados das periferias, os negros. Essa invisibilidade justifica-se, ao longo de todo o texto, com exemplificações de eventos excludentes, empregando para isso, vocábulos de negatividade. Há então, uma sequência de exclusões até se chegar à invisibilidade.

Toda essa construção ratifica a ausência do termo cidadão para referenciá-los, pois eles não se enquadram nessa condição, uma vez que não possuem *nem CPF ativo e não estão em nenhuma lista do governo*. Logo, é como se não existissem, e é justamente isso que se procura mostrar em todo o texto. Outra questão, é que a reportagem abre margem para uma identificação desses “invisíveis”, pois todas as condições que motivaram a exclusão desses sujeitos sociais, de não poderem requerer o auxílio, como não terem conta em banco, apontou para um público pertencente à classe média baixa,

os pobres do Brasil, reforçada, proposital ou não, pela presença de um vídeo na matéria em que a imagem congelada foi de uma mulher humilde e negra com uma criança nos braços, e atrás deles, um cenário que representava um contexto de pobreza.

Diante disso, percebemos que toda essa situação gerada em torno do contexto da pandemia reforça a presença de um “vírus” instalado na sociedade brasileira, o da desigualdade sociorracial, em que os mais pobres, que são em grande maioria negros, estão sempre tendo que “pagar” por conta de um sistema capitalista e racista (ALMEIDA, 2019; MADEIRA, 2020), em que o poder aquisitivo se concentra nas mãos de uma pequena minoria representada pela branquitude. Dessa forma, o paradoxo criado pelos produtores da matéria, *revelar... invisíveis*, é apenas uma forma de mascarar que a maioria desses sujeitos sempre esteve na *invisibilidade*, pois muitos tiveram apenas sua condição social agravada pelos agravantes da pandemia, já vivendo antes em situação de exclusão.

Outro ponto a ser destacado é a presença de um discurso midiático que naturaliza essa situação de pobreza e desigualdade, colocando o estado em que esses sujeitos se encontram em uma condição de permanência, pois não estão desempregados, são desempregados; não estão invisíveis, são invisíveis, evidenciando o que a imprensa disfarça por um discurso de imparcialidade, tendência para aquilo que ideologicamente defende, beneficiando um determinado grupo em detrimento de outro, apagando e/ou silenciando vozes.

Aqui, então, vimos que essa anulação foi feita com indivíduos que se enquadravam em duas condições simultâneas: pobres e negros, que, infelizmente, coloca-os em uma situação de inferioridade. Isso intensifica as nuances de que o negro se encontra em desvantagem, são sujeitos desprivilegiados, desprovidos de recursos financeiros. O texto associou a pobreza ao negro, com a imagem de uma mulher negra em um espaço que representou a situação social, o que implicitamente, reforçou os pensamentos de Bento (2002a, p.28), de que “mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa”, diferentemente do negro, que acima de tudo é colocado como um *invisível*.

Assim, percebemos que há uma relação intrínseca entre discurso, sociedade e poder, quando sujeitos propagam informações e ideias com suas ideologias imbricadas, que disseminaram de forma a construir uma naturalização, mecanismos e estratégias eficazes para estabelecer e sustentar relações assimétricas de poder que, se observadas pelo viés crítico, pode ajudar a reestabelecer o espaço de contestação.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo. Pólem, 2019.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 1ª edição. Lisboa: Editora Presença, 1970.
- BENTO, M. A. S. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. 169f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002a.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. CARONE, I; BENTO, M. (Orgs). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002b, p.25-58.
- BONFIM, M. A. L. Mística e identidade Sem Terra: uma análise de discurso crítica multimodal no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Revista Colineares*, Mossoró, v. 05, n. 2, p.33-49, Jul/Dez, 2018. Disponível em: <<https://natal.uern.br/periodicos/index.php/RCOL/article/view/155>>. Acesso em: 06 jun. 2020.
- CALDEIRA, E. Representação dos atores sociais: discurso de reforço e enfraquecimento na constituição discursiva de identidades étnicas. *Prolíngua*, João Pessoa, PB, v. 6, n. 2, p.91-109, jan/jun, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/13577/7715>>. Acesso em: 07 jun. 2020.
- CARDOSO, L. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 8, 2010. p. 607-630. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cindecumz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2020.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução, revisão técnica e prefácio de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London/ New York: Routledge, 2003.
- MADEIRA, M. Z. Racismo Estrutural e as Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil. BONFIM, M. A; PAIVA, F. (Orgs). *I Curso de Formação Política em Relações Étnico-Raciais e Combate ao Racismo do Movimento Negro Unificado do Ceará (Turma Preta Simoa): Saberes construídos na luta antirracista cearense*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p.139-173.
- NOVODVORSKI, A. Representação de atores sociais. In: MAGALHÃES, C. M. (org.). *Representação social em corpus de tradução e mídia*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p.13-48.

PEIXOTO, M. E. G.; ALENCAR, C. N.; FERREIRA, R. O objeto da ideologia na teoria crítica do discurso. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 18, n. 1, p.215-233, jan./abr. 2018. Disponível em: <[http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/6091/3641](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/6091/3641)>. Acesso em: 25. maio 2020.

PIRES, C. R. S. A representação dos atores sociais no discurso ideológico da revista *veja*: uma perspectiva crítica sobre a Venezuela. *Littera Online*, Maranhão, v.10, n.19, p.5-26, 2019. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/13167>>. Acesso em: 05. jun. 2020.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. M. *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 2014. 83-94.

SCHUCMAN, L. V. Branquitude e Privilégio. In: SILVA, M; FARIAS, M; OCARIS, M; NETO, A. (Org.). *Violência e Sociedade: O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo Brasileiro*. 1ed.São Paulo: Editora Escuta, 2018, v. 1, p. 137-150.

SILVA, M. C. *A representação dos atores sociais no discurso político eleitoral*. 2002. 102f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Católica de Pelotas, 2002.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. R. (org.) *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. p.169-222.

VAN LEEUWEN, T. *Discourse and practice*. New tools for Critical Discourse Analysis. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

Submetido em: 17/05/2021

Aprovado em: 03/03/2022

### Como referenciar este artigo:

ANDRADE, Ana Priscila Holanda de. BONFIM, Marco Antônio Lima do. LIMA, Ana Maria Pereira. Discurso e representação na mídia: uma análise de discurso crítica acerca dos sujeitos “invisíveis” no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil. **revista Linguasagem**, São Carlos, v.41, COVID-19: uma pandemia sob o olhar da linguagem. 2022 p. 14-29.